

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIASPARCERIAS

**COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS
DO ESTADO DE GOIÁS S/A
CNPJ: 08.235.587/0001-20 - NIRE: 523000106-41**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos aos acionistas da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS, as demonstrações financeiras e contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, composta de: Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstração das Mutações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras, Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes: AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
Goiânia – GO, 20 de julho de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Adryanna Leonor Melo de Oliveira Caiado Conselheira Presidente
Enio Caiado Rocha Lima
Conselheiro
Fernando de Castro Fagundes
Conselheiro
Gisele Barreto Lourenço
Conselheira
Selene Péres Péres Nunes
Conselheira
Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto
Conselheiro
Cláudio André Gondim Nogueira
Conselheiro

CONSELHO FISCAL
Bruno Magalhães D'Abadia
Conselheiro
Pedro Henrique Ramos Sales
Conselheiro
Adriano da Rocha Lima
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA
Enio Caiado Rocha Lima
Presidente
Edson Correia da Silva
Chefe de Gabinete
Maxuelo Braz de Paula
Diretor Administrativo
Diego de Oliveira Soares
Diretor Financeiro
Nelson Rodrigues Vilela
Diretor Técnico
Luiz Fernando de Oliveira
Contador
Tc CRC Mg 25222 S/GO

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2019 E 2018 (EM REAIS)**

ATIVOS	EXERCÍCIO	
DESCRIÇÕES	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE		
DISPONÍVEL	1.984.937,43	2.477.644,78
Caixa e Bancos	10,00	10,00
Aplicações Financeiras	1.984.927,43	2.477.634,78
REALIZÁVEL DE CURTO PRAZO		
Contas a Receber	99.145,86	14.388,33
Impostos a Recuperar	0,00	0,00
TOTAL DO CIRCULANTE	2.084.083,29	2.492.033,11
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	771.482,17	743.807,69
Governo do Estado de Goiás	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
(-)Ajuste a Valor Presente	0,00	0,00
Impostos Federais Diferidos	0,00	0,00
Valores Bloqueados Judicialmente	230.594,89	220.319,57
Impostos a Recuperar	540.887,28	523.488,12
INVESTIMENTOS	229.068.171,56	229.068.171,56
Investimentos	229.068.171,56	229.068.171,56
IMOBILIZADO	22.915,11	3.810,08
Imobilizado	22.915,11	3.810,08
INTANGÍVEL	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	229.862.568,84	229.815.789,33
TOTAL DO ATIVO	231.946.652,13	232.307.822,44
PASSIVO		
DESCRIÇÕES	EXERCÍCIO	
PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações Sociais	292.811,94	190.170,00
Impostos e Contribuições a Recolher	67.161,78	97.432,11
Outras Contas a Pagar	14.300,00	18.193,56
TOTAL DO CIRCULANTE	374.273,72	305.795,67
NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	394.333.079,03	394.333.079,03
(-) Capital a Integralizar	-40.735.547,38	-41.741.244,15
(-) Prejuízo Acumulado	-122.025.153,24	-120.589.808,11
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	231.572.378,41	232.002.026,77
TOTAL DO PASSIVO	231.946.652,13	232.307.822,44

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)**

DRE	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	0,00	0,00

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	0,00	0,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-1.435.345,13	-2.789.741,18
Despesas administrativas	-3.885.933,71	-2.899.351,57
Depreciação e Amortização	-4.259,97	-1.269,96
Despesas Financeiras	-1.428,31	-1.415,77
Receitas Financeiras	68.363,08	112.296,12
Outras Despesas/Receitas Operacionais	2.387.913,78	0,00
RESULTADO OPERACIONAL	-1.435.345,13	-2.789.741,18
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	-1.435.345,13	-2.789.741,18
Imposto de Renda e CSLL	0,00	0,00
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	-1.435.345,13	-2.789.741,18
NUMERO DE AÇÕES	394.033.079	394.033.079
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO	-0,0036	-0,0071

**DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)**

DESCRIÇÃO	Capital Social Realizado	Capital a Integralizar	Lucros/Prejuízos Acumulados	TOTAIS Saldos Pat. Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	352.591.834,88	41.741.244,15	-117.800.066,93	234.791.767,95
Subscrição de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Redução do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	-2.789.741,18	-2.789.741,18
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	352.591.834,88	41.741.244,15	-120.589.808,11	232.002.026,77
Subscrição de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital	1.005.696,77	-1.005.696,77	0,00	1.005.696,77
Redução do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	-1.435.345,13	-1.435.345,13
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	353.597.531,65	40.735.547,38	-122.025.153,24	231.572.378,41

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)**

DESCRIÇÃO	31/12/19	31/12/18
Atividades Operacionais	-1.431.085,16	-2.788.471,22
Resultado do Exercício	-1.435.345,13	-2.789.741,18
Depreciações	4.259,97	1.269,96
Aumento (diminuição) de Ativos	-112.432,01	3.804.308,20
Contas a Receber	-112.432,01	3.804.308,20
Aumento (diminuição) de Passivos	68.478,05	74.988,59
Obrigações Sociais	102.641,94	55.890,00
Impostos e Contribuições a Recolher	-30.270,33	18.726,41
Fornecedores	-3.893,56	372,18
Outros Passivos	0,00	0,00
Atividades de Investimentos	-23.365,00	0,00
Ativo Permanente	-23.365,00	0,00
Atividades de Financiamentos	1.005.696,77	0,00
Capital Social (integralização)	1.005.696,77	0,00
Capital Social (redução)	0,00	0,00
Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	-492.707,35	1.090.825,57
Saldo Final das Disponibilidades	1.984.937,43	2.477.644,78
Saldo Inicial das Disponibilidades	2.477.644,78	1.386.819,21
VARIAÇÃO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	-492.707,35	1.090.825,57

1. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e Contábeis:
As demonstrações financeiras e contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aos quais abrangem às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e alterações posteriores, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. A autorização para a conclusão do presente relatório das Demonstrações Financeiras e Contábeis foi dada pela Diretoria da Companhia em 06 de julho de 2020. As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas em moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia.

1.1 Sumário das principais práticas contábeis:

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras são resumidos a seguir:

Uso de Estimativas - A preparação das demonstrações financeiras e contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como esse julgamento envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. São empregadas estimativas para os seguintes registros contábeis relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação/amortização de ativos tangíveis e intangíveis, provisão para perdas de investimentos, e provisão para contingências.

Caixa e Equivalentes de Caixa - Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Investimentos - Os Investimentos em participações societárias em controladas e coligadas, em que haja caracterização de influência significativa da Companhia são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao valor de custo.

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo



apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

Imobilizado – O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente. Caso seja identificada indicadores de perda de valor, imediatamente é constituído provisão para perdas.

Propriedades para Investimentos - As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

Ativo Diferido - refere-se a gastos pré-operacionais, incorridos até 2008. A companhia optou, conforme faculta a legislação vigente no artigo 299-A da Lei 11.941/09, em manter esse saldo no Grupo Diferido, até sua amortização. A amortização é calculada à razão de 10% a.a.

Intangível - Composto de bens e direitos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível.

O grupo de intangível está representado basicamente por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Companhia).

Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais - são reconhecidas as obrigações trabalhistas e sociais, obrigações fiscais dentro do próprio exercício.

Regime de apuração do resultado - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Imposto de Renda e Contribuição Social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Lucro / Prejuízo por ação - O lucro/prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos balanços.

Dividendos - O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Resultados Abrangentes - contemplam receitas e despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que não são reconhecidos no resultado do exercício, conforme determinam os pronunciamentos, interpretações e orientações que regulam a atividade contábil.

Reserva Legal - constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - A Companhia não efetuou o teste de recuperabilidade de ativos, conforme estabelece as normas contábeis NBC TG 01, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Res. 1.292/10.

1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa:

Bancos Contas Movimento:

Apresenta conta de livre movimentação mantida pela

entidade junto ao Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, onde os saldos são computados pelo movimento incorrido não ultrapassando o valor de mercado.

Aplicações Financeiras:

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais (Caixa Econômica Federal e Banco Itaú).

	2019	2018
Caixa	0,00	0,00
Bancos c/Movimento	10	10
Aplicações Financeiras	1.984.927	2.477.635
TOTAIS	1.984.937	2.477.645

Contas à Receber:

A composição de créditos a receber é a seguinte:

	2019	2018
Governo do Estado de Goiás – CDSA (a)	0,00	0,00
Valores Bloqueados Judicialmente	230.595	220.320
Contas a Receber	230.595	220.320

Impostos à Recuperar:

	2019	2018
Descrição		
IRRF s/ Aplicação Financeira	540.887	523.488
Total	540.887	523.488

(a) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre rendimentos de aplicação financeira que é compensável com o imposto devido pela empresa com base no lucro real. A estimativa de compensação desses créditos é de longo prazo.

Investimentos:

	2019	2018
Participação em Controladas e Coligadas (9.1)	223.068.171	
Propriedades para Investimentos (9.2)	6.000.000	
Total dos Investimentos	229.068.171	

Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas: A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás. Além disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por "Equivalência Patrimonial" conforme a legislação em vigor.

Resumo dos Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas:

Empresa	2019	2018	Método de Avaliação
Saneago (a)	215.575.788	215.575.788	Custo de Aquisição
Ceasa	59.068	59.068	Custo de Aquisição
Codigo	7.433.315	7.433.315	Custo de Aquisição
Total	223.068.171	223.068.171	

Propriedades para Investimento:

	2019	2018
Terrenos	6.000.000	6.000.000
Propriedades para Investimento	6.000.000	6.000.000

A Propriedade para Investimento é composta basicamente por um terreno que foi incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, conforme descrito abaixo:

- 01 imóvel incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, pelo valor de R\$ 6.000.000, conforme Ata Geral de Constituição, cuja descrição é a seguinte:

- "01 imóvel localizado no bairro Serrinha, em Goiânia-GO, lavrado no cartório Souza, livro 00606 folha 033/035, protocolo 30102, escrevente 005, escritura pública lavrada no cartório 4º ofício de notas de Goiânia, livro 704 fls. 89/91 V, registrado no cartório de Imóveis na Primeira Zona de Goiânia, livro 2 folhas 01 RI 33345, delimitada pela Avenida Serrinha e Ruas 1.106, 1.111 e 1.112, perfazendo uma área total de 34.740,021 m²".

O referido imóvel até o final de 2019 não havia sido transferido em cartório para a Goiás Parcerias.

Imobilizado / Intangível:

	2019	2018
Equipamentos de Informática	43.946	20.581
Softwares	1.974	1.974
(-) Depreciação/Amort.		
Acumulada	(23.005)	(18.745)
TOTAIS	22.915	3.810

Obrigações Sociais e Trabalhistas:

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

	2019	2018
Honorários Diretoria	105.933	109.000
Honorários Conselho Fiscal	10.800	10.800
Honorários Conselho de		

Administração	14.400	25.200
Outros Serviços	175.979	63.364
INSS	32.135	48.207
IRRF	35.027	49.089
Total	374.274	305.660

Impostos e Contribuições à Recolher:

A composição dos impostos e contribuições a recolher é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Pis / Cofins s/ Serviços PJ	0,00	78
ISSQN	0,00	58
IR à Recolher	0,00	0,00
CSLL à Recolher	0,00	0,00
Total	0,00	136

Patrimônio Líquido:

Capital Social:

Capital Subscrito:

Em 08/01/2013, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas – AGE, em que foi aprovada aumento do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$ 116.881.753 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais) para R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais).

Em função da Lei Estadual 19.123 de 15 de dezembro de 2015 art. 1º incisos I e II e Assembleia Geral de Acionistas – AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015 foi autorizada a redução de capital social subscrito e integralizado da Companhia pelo Estado de Goiás no montante de R\$69.814.537.

Desta forma o Capital Subscrito da Companhia que era de R\$500.000.000 passou a ser de R\$430.185.463 em 31/12/2014. Em 2016 com a redução ocorrida com o acerto constante da AGE de 11/08/2016 no valor de R\$ 35.852.383,47 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) o capital social passou a ser R\$. 394.333.079,03 (Trezentos e Noventa e Quatro Milhões, Trezentos e Trinta e Três Mil, Setenta e Nove Reais e Três Centavos), valor este que permanece.

Capital Integralizado:

Em 31/12/2019 o capital integralizado da Companhia é de R\$ 353.597.531,65 restando R\$ 40.735.547,38 (Quarenta Milhões, Setecentos e Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Quarenta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos) a integralizar, conforme poderá ser visto na demonstração das mutações patrimoniais.

Reserva Legal:

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2019 não foi destinado saldo para reserva legal em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

Dividendos:

O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

No exercício de 2019 não foram destinados dividendos aos acionistas em função do prejuízo contábil apurado.

Despesas Administrativas:

A composição das Despesas Administrativas é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Pessoal	2.287.205	2.058.368
Serviços de Terceiros	1.408.828	0,00
Despesas com Editais e Publicações	29.476	23.145
Outras Despesas	168.113	370.473
Total	3.891.622	2.451.986

Resultado Financeiro:

O resultado financeiro é apurado através de receitas financeiras, onde são compostas de rendimentos de aplicações financeiras, depósitos judiciais e despesas bancárias em bancos oficiais.

Remuneração dos Diretores e Empregados:

Os membros da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm suas remunerações fixadas pela Assembleia Geral Ordinária dentro dos limites do Estatuto Social e consequente pela legislação pertinente.

A Sociedade não dispõe de quadro próprio de pessoal, e para a consecução de seus objetivos, conta com a seção de servidores de outros setores da Administração Estadual, para tal designados, e também, com a contratação de serviços técnicos especializados de terceiros, de acordo com a legislação pertinente.

Gerenciamento de Riscos:

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real:

Risco de Crédito:

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos a Companhia tem como política trabalhar com instituições tradicionais.

Risco de Liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos e realização de seus créditos. Esse risco vem sendo monitorado pelos administradores e o acionista controlador vem efetuando repasses de recursos para garantia do cumprimento de obrigações da Companhia.

Outras Informações:

Operações com Instrumentos de Derivativos:

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

Eventos Subsequentes:

Não houveram eventos subsequentes, desde a data de 31/12/2019 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adryanna Leonor Melo de Oliveira Caiado

Conselheira Presidente

Enio Caiado Rocha Lima

Conselheiro

Fernando de Castro Fagundes

Conselheiro

Gisele Barreto Lourenço

Conselheira

Selene Péres Péres Nunes

Conselheira

Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto

Conselheiro

Cláudio André Gondim Nogueira

Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Bruno Magalhães D'Abadia

Conselheiro

Pedro Henrique Ramos Sales

Conselheiro

Adriano da Rocha Lima

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Caiado Rocha Lima

Presidente

Edson Correia da Silva

Chefe de Gabinete

Maxuelo Braz de Paula

Diretor Administrativo

Diego de Oliveira Soares

Diretor Financeiro

Nelson Rodrigues Vilela

Diretor Técnico

Luiz Fernando de Oliveira

Contador

Tc CRC Mg 25222 S/GO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2019

Aos

Acionistas, Conselheiros, e demais Administradores da COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS
Avenida Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora - Goiânia-Go.

CNPJ: 00.418.160/0001-55

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS "GOIÁS PARCERIAS" que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelas informações trazidas no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva" as

demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GOIÁS PARCERIAS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1) Propriedades para Investimento - Teste de Recuperabilidade dos Ativos

Conforme Nota Explicativa, a Companhia possui 01 imóvel incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A., pelo valor de R\$ 6.000.000, conforme Ata Geral de Constituição. A Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos não Financeiros, conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à GOIÁS PARCERIAS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3) Ênfase

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que a Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistiu obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás. Além disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por "Equivalência Patrimonial" conforme a legislação em vigor. Neste sentido, enfatizamos que, conforme NBC TG 18 (R3), a entidade pode adotar a mensuração ao valor justo por meio do resultado para esses investimentos, em consonância com a NBC TG 46.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança da GOIÁS PARCERIAS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da GOIÁS PARCERIAS.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6) Outros Assuntos

6.1) Relatório da Administração

A administração da GOIÁS PARCERIAS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 12 de abril de 2019.

Goiania/GO, 10 de julho de 2020



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029– CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”GO
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”GO
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S”GO
CNAI 4850

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO DE 2019**

O Conselho de Administração da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS, em reunião realizada no dia 28 de julho de 2020, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as demonstrações financeiras e contábeis da Companhia, referentes ao exercício de 2019, bem como o relatório da administração e as respectivas notas explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, confeccionado pela empresa Audimec Auditores Independentes S/S, e demais documentos referentes ao término do citado exercício.

Logo, após a análise da documentação supra e, ainda, considerando a manifestação contida no

parecer da Auditoria Independente, o Conselho de Administração concluiu que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia e opina, favoravelmente, pela aprovação dos referidos documentos.
Goiânia/GO, 28 de julho de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Adryanna Leonor Melo de Oliveira Caiado
Conselheira Presidente
Enio Caiado Rocha Lima
Conselheiro
Fernando de Castro Fagundes
Conselheiro
Gisele Barreto Lourenço
Conselheira
Selene Péres Péres Nunes
Conselheira
Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto
Conselheiro

Cláudio André Gondim Nogueira
Conselheiro

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
DE 2019**

O Conselho Fiscal da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS, cumprindo o que determina o Estatuto Social e a Legislação vigente, examinou as demonstrações financeiras e contábeis do exercício de 2019 da

Companhia, dentre eles:

- Balanços Patrimoniais;
 - Demonstrações de Resultados;
 - Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;
 - Demonstrações do Fluxo de Caixa;
 - Relatório da Administração;
 - Relatórios de Auditoria Externa, emitido pela Audimec Auditores Independentes S/S;
 - Parecer do Conselho de Administração;
 - Demais demonstrativos e notas relativas ao período.
- Assim sendo após detida análise dos documentos, os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias aprovam as demonstrações da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as quais representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Estatal, opinando favoravelmente na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, convocada para esta finalidade.

Goiânia/GO, 30 de julho de 2020.

CONSELHO FISCAL
Bruno Magalhães D'Abadia
Conselheiro
Pedro Henrique Ramos Sales
Conselheiro
Adriano da Rocha Lima
Conselheiro

Protocolo 193081

Metrobus Transporte Coletivo S/A

A METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A., torna público a ratificação da dispensa de licitação nº 031/20 para contratação da empresa Rota Moto Peças Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.302.392/0001-22, no valor de R\$ 2.250,00, nos termos do Art. 142, II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, conforme processo 202000225, visando o fornecimento de câmaras de ar e pneus novos para motos.

**PAULO CEZAR REIS
DIRETOR PRESIDENTE**

Protocolo 193213

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA METROBUS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da **METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.392.459/0001-03, convoca os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Metrobus Transporte Coletivo S/A, a realizar-se no dia 19/08/2020 às 09:00 (nove) horas, **via digital, com a utilização da ferramenta de Videoconferência zoom meetings**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Alterações no Estatuto Social da Empresa, visando a sua adequação às disposições constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e Decreto Estadual nº 9.402, de 07/02/2019;
- b) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

A realização da Assembleia digital está amparada no Parágrafo Único do art. 121 da Lei nº 6.404/76 e na IN DREI nº 81. Os dados para acesso à Assembleia, bem como demais informações, serão repassadas via Ofício.

Paulo César Reis

Diretor Presidente da Metrobus Transporte Coletivo S/A.

Protocolo 192777

SANEAGO

“Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade: 17150/2019

Contratante: Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, CNPJ nº 01.616.929/0001-02

Contratada: Albenge Engenharia Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 03.182.999/0001-25

Infração: Inexecução parcial do Contrato nº 2354/2014 pela Contratada

Fundamento Legal da Sanção Aplicada: Constituição Federal, Lei nº 12.462/2011; Lei nº 8.666/93.

Contrato nº 2354/2014; PR00.0174.

Conclusão: Diante da decisão de primeira instância, acatada pela empresa Albenge Engenharia Indústria e Comércio LTDA., CNPJ nº 03.182.999/0001-25, cujo inclusive dispensou o direito ao prazo recursal, DECIDE-SE, em segunda instância no âmbito administrativo, pela inexecução parcial do Contrato nº 2354/2014 devido ao cálculo inadequado de empolamento na escavação de valas e corte de pavimentos, descumprindo a Cláusula Décima Quarta do contrato, com a consequente aplicação da penalidade de advertência e a glosa definitiva dos valores recebidos indevidamente.”

Protocolo 193088

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Pregão Eletrônico nº 020/2020

Processo: 18395/2019 - Saneago

Licitação realizada no dia 31 (trinta e um) de julho de 2020 às 14h (quatorze horas).

Objeto: AQUISIÇÃO DE VÁLVULAS REDUTORAS DE PRESSÃO A SEREM UTILIZADAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR DIVERSAS UNIDADES DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

Licitação Fracassada para lote único, conforme Ata constante do processo.

Goiânia, 11 de agosto de 2020.

Ednilson Alves da Rocha

Superintendência de Licitações e Aquisições

<#ABC#193155#38#228876/>

Protocolo 193155